

JOHN FROW

*Cultural Studies and Cultural Value*

Oxford, Oxford University Press, 1995

A institucionalização dos estudos culturais como disciplina académica e como departamento universitário é um acontecimento que tem lugar em Inglaterra na década de sessenta e resulta dos trabalhos de Raymond Williams (*Culture and Society*, 1958), Richard Hoggart (*The Uses of Literacy*, 1957), nos finais dos anos cinquenta, e de Edward Thompson (*The Making of the English Working Class*, 1963) nos primeiros anos da década seguinte. Concretamente, e num sentido muito restrito e geográfico de «cultural studies», é na Birmingham University que surge The Centre for Contemporary Cultural Studies, fundado pelo Prof. de Inglês Richard Hoggart. Além disso deve sublinhar-se que estes trabalhos, na continuação de percursos tais como o movimento Mass Observation (entre os anos trinta e quarenta), George Orwell que escreveu sobre a situação das classes trabalhadoras inglesas em *The Road to Wigan Pier* (1937) e artefactos populares como os postais de correio de Donald McGill (1942), resultaram do importante desenvolvimento da educação para adultos na Inglaterra do pós-guerra, e como resposta às questões sobre as relações entre «cultura» e «sociedade» levantadas por estes estudantes oriundos das classes trabalhadoras. Questões estas que se centravam na valorização de uma cultura popular (low culture) e pela tentativa de criar relações determinadas entre os interesses sociais e políticos das classes burguesas dirigentes e a chamada «grande cultura» (high culture). Faz sentido apontar aqui «Culture is ordinary» [in *Convictions*, MacGibbon and Kee; reimpresso in R. Williams: *Resources of Hope*, Verso, 1989], um texto de Raymond Williams de 1958, onde as intenções, passavelmente morais, e o quadro metodológico, pouco rigoroso, deixam sentir as causas sociológicas profundas desta nova proposta metodológica para os estudos da literatura, da arte e do cinema. A novidade está em que a partir dos pressupostos dos estudos culturais não mais é possível julgar os objectos de consumo cultural com o contributo de considerandos estéticos.

Nesta primeira fase, os estudos da língua, da literatura e da história saíram para fora das suas fronteiras tradicionais para se aproximarem de forma vaga, mas conflituosa, de disciplinas de rigor menos discutível como a sociologia. Posteriormente (anos setenta), a influência da linguística estrutural e da mais abrangente semiologia vêm trazer aos estudos culturais uma ambição universalista que se tem alargado por vezes de forma tão excessiva que o seu objecto deixa de ter qualquer nitidez, como no-lo aponta Graham Murdock em «Cultural studies at the crossroads» (in *Australian Journal of Communication*, nº 16, Dezembro de 1989). Duas características, entre outras, contribuem para uma certa indefinição do objecto e dos métodos dos estudos culturais: uma primeira é consequência da movência acelerada do campo cultural, pelo aparecimento de novas tecnologias de comunicação que aceleram a circulação dos valores culturais; outra das características decorre da crítica intensa que tem sido feita, no campo dos estudos culturais, ao conceito de «ideologia dominante». A circunstância de nascerem departamentos universitários de estudos culturais em países fracamente desenvolvidos não deixou também de contribuir para esta falta de nitidez, porque a necessidade da sua criação se fez sentir mais por razões de estratégia de relacionamento dos intelectuais das ciências humanas com o poder político do que por efeito de uma alteração significativa das audiências culturais ou dos alvos e da

estrutura do sistema educativo. Hoje o peso da sociologia cultural, por intermédio da discussão e uso dos métodos de Pierre Bourdieu, é determinante para a definição epistemológica desta área do saber, sem que os problemas que estão na sua génese permitam qualquer tipo de segurança metodológica que, tradicionalmente, o tempo e a disciplina trazem aos novos campos do saber.

É a partir de uma reiterada consciência deste quadro de questões que este texto de John Frow se propõe discutir os pressupostos epistemológicos dos estudos culturais. Como no-lo anuncia o autor, «este livro é sobre a organização do valor cultural no mundo capitalista avançado» (p. 1) e tem como objectivos «compreender a alteração das condições de produção e consumo culturais no mundo pós-moderno», «conhecer porquê, sob que condições e em que base se pode continuar a fazer julgamentos de valor no interior de um universo descontínuo e incerto de valores» (p. 1). Com efeito são as «razões históricas precisas» para o nascimento desta disciplina que arrastam o problema aqui discutido e o argumento central deste texto: «... não existe mais uma hierarquia de valor estável (mesmo que invertida) percorrendo a escala de 'alta' a 'baixa' cultura» e «'alta' e 'baixa' cultura não podem mais, mesmo se alguma vez o puderam, ser correlatas de uma hierarquia de classes sociais» (p. 1).

Esta crítica dirige-se fundamentalmente à falácia universalista que pressupõe a reunificação do campo social a partir de categorias que interessariam o conjunto do campo dos estudos culturais. Por exemplo, como o autor mostra, Bourdieu parte de uma concepção essencialista de classe que acaba por relacionar com um determinado conjunto de formas culturais. Como mostra Frow o conceito de *distinção* é consequência lógica deste pressuposto, que no fundo esconde uma esteticização das concepções de valor (pp. 16-59).

O interesse maior deste texto reside no facto de partir da consideração que o quadro onde nasce a disciplina é sintomático dos problemas que ela enfrenta, pelo que a crítica de John Frow se exerce muitas vezes sobre os conceitos e respectiva funcionalidade operatória no interior dos estudos culturais. Ao afirmar que a disciplina é «sintoma de um problema, na medida em que ao definir-se como renúncia às preocupações estéticas, tanto dos estudos da literatura como do cinema ou da história da arte, e ao adoptar tanto a retórica como os pressupostos fundacionais, senão os instrumentos, das ciências sociais, tende a repetir e a ser surpreendida no interior da oposição entre facto e valor que desde sempre perseguiu as últimas», este professor de inglês na Universidade de Queensland anuncia que um dos centros de interesse do percurso deste livro é a análise do uso reflexivo de conceitos tais como «representação», «classe», «massa», «mercadoria», «popular», «nacional» ou «capital cultural», entre outros, que servem o mais das vezes uma estratégia, consciente ou inconsciente, pouco importa, que retoricamente esconde e justifica formas de separação ou de identificação que estão ideológica e socialmente determinadas.

Compreende-se assim que seja o campo mesmo dos intelectuais que nos apareça aqui questionado e descrito, tanto nos aspectos que dizem respeito ao consumo de objectos culturais deste grupo social como das relações que se estabelecem entre este grupo e os outros consumidores de cultura. O valor surge deste modo como efeito da organização social, e a crítica a que Frow procede aponta muito mais na direcção de um papel activo para o julgamento crítico do que na de uma ilusória passividade neutral desse julgamento.

Uma nota final para o último capítulo, significativamente intitulado «Economies of value», onde o autor faz o balanço da sua posição pessoal diante da impossibilidade de uma axiologia capaz de envolver todo o campo cultural. As diferenças de valor são incontornáveis, tanto por um discurso pseudo-universalista como pelo relativismo cultural, ou ainda por um discurso que elege o afastamento subjectivo como valorização do objecto e que aproxima os estudos culturais da metodologia da etnografia. No que ao universalismo diz respeito, John Frow critica-o utilizando

como exemplo o texto de Umberto Eco onde encontra uma redução do leitor empírico e das diferentes intertextualidades da cultura popular presentes nos livros e nos filmes da série Bond à noção de «leitor médio» que apaga as formas de conhecimento popular com o resultado da desconsideração de práticas de valorização que não são tratáveis de um ponto de vista da «alta cultura», ou de categorias universais implícitas num critério uniforme. A etnometodologia tem como vantagem uma humildade epistemológica que deve ser conservada na relação com o objecto, sem que se deixe de sublinhar a ilusão da neutralidade que aí está implicada.

Finalmente, e numa reflexão crítica ao pensamento do segundo Lyotard, o do conceito de *différend*, John Frow propõe o conceito de *regime of value*, «uma instituição semiótica geradora de regularidades valorativas sob certas condições de uso, e na qual audiências ou comunidades empíricas e particulares estão mais ou menos implicadas» (p. 144). Este conceito que Frow encontrou em Arjun Appadurai (*The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective*, Cambridge University Press, Cambridge, 1986) tem a sua origem em Simmel no que diz respeito ao *valoreconómico*, visto como uma relação de intensidades e não como um equivalente geral e universal. A vantagem de tal conceito é a de permitir uma representação teórica da complexidade social do valor cultural, que não pode mais ser visto como um valor universal determinado por valores estéticos ou culturais, prosaicamente relacionáveis com classes sociais pretensamente detentoras do bom gosto ou de uma visão do mundo que obscuramente objectivaria os usos dos objectos culturais e a linha separatória entre os bons e os maus.

Luís Dias Martins